

# Ativismos do Sertão. As vozes ecoantes das rádios comunitárias piauienses nas discussões e evoluções do desenvolvimento sustentável

*Hinterland activism. The echoing voices of Piauí's community radio stations in discussions and evolution of sustainable development*

*Activismo del semi árido. Las voces resonantes de las estaciones de radio comunitarias de Piauí en las discusiones y la evolución del desarrollo sostenible*

**Orlando Maurício de Carvalho Berti**

Universidade Estadual do Piauí - UESPI

<berti@uespi.br>

## Resumo

Estuda-se como as rádios comunitárias do Sertão do estado do Piauí, Nordeste do Brasil, vivenciam, praticam e desafiam as questões de discussões e evoluções sobre o desenvolvimento sustentável. Mostram-se, por meio de um estudo de casos múltiplos, levando-se em conta todo o universo dessas emissoras de rádio comunitária em território sertanejo piauiense, questões e reflexões sobre os ativismos midiáticos e suas potencialidades. É feito um balizamento teórico sobre ativismo midiático, rádio comunitária e cidadania contemporânea levando-se em conta a gama das dezenas de emissoras comunitárias dessa parte do País. Um dos pontos-chave sobre o desenvolvimento sustentável está nos próprios desafios contemporâneos das comunidades (e também sociedades) em que as emissoras estão inseridas para ecoar o local para as comunidades e, ainda, fora delas, retroalimentando os processos comunicacionais cidadãos e os ativos. Nota-se que os ecos devem ser debatidos e vividos para

## Abstract

It is studied how the community radios of Piauí state Hinterland, northeast of Brazil, live, practice and challenge themselves the matters of discussions and evolutions on the sustainable development. It is showed, through a multiple case study, considering all of the universe of those community radio stations in the hinterland of Piauí territory, questions and reflections on the media activism and its potentialities. It is made a theoretical grounding on media activism, community radios and contemporary citizenship considering the range of dozens of community stations of this part of the country. One of the key-points on the sustainable development is within the contemporary challenges of the communities (and also communities) in which the stations are placed to eco the local to the communities and, even, out of them, feeding back the citizen and active communicational processes. It is noticed that the ecos must be debated and lived to be increased,

## Resumen

Se estudia cómo las estaciones de radio comunitarias en el semi árido del estado de Piauí, en el noreste de Brasil, experimentan, practican y desafían los temas de discusión y desarrollo sobre el desarrollo sostenible. A través de múltiples estudios de caso, teniendo en cuenta todo el universo de estas estaciones de radio comunitarias en el interior de Piauí, en el país, se tienen en cuenta las preguntas y reflexiones sobre el activismo de los medios y sus potencialidades. Existe un marco teórico sobre activismo mediático, radio comunitaria y ciudadanía contemporánea que tiene en cuenta la gama de docenas de emisoras comunitarias en esta parte del país. Uno de los puntos clave sobre el desarrollo sostenible está en los desafíos contemporâneos de las comunidades (y también sociedades) en las que las emisoras se insertan para hacer eco del lugar para las comunidades y, aún, fuera de ellas, retroalimentar los procesos de comunicación ciudadana y los activos. Cabe señalar que

serem aumentados, instigando um maior comunitarismo e cidadania entre os membros das comunidades e seus entes fora delas.

**Palavras-chave:** Ativismo midiático. Comunicação comunitária. Rádio comunitária. Sertão. Desenvolvimento sustentável.

instigating a bigger communitarianism and citizenship between the members of the community and their entities out of them.

**Keywords:** Media activism. Community communication. Community radio. Hinterland. Sustainable development.

los ecos deben debatirse y experimentarse para aumentarlos, instigando un mayor comunitarismo y ciudadanía entre los miembros de las comunidades y sus entidades fuera de ellas.

**Palabras-clave:** Ativismo mediático. Comunicación comunitária. Radio comunitária. Semi árido. Desarrollo sostenible.

## Introdução

O que é um meio de Comunicação Social? Como preceitos comunicacionais podem construir um mundo melhor e mais justo? Esses questionamentos podem até ser considerados simplistas e utópicos, mas é de simplicidades, utopias e, principalmente, ações que se constrói um mundo diferencial e evolutivo. Um dos pontos dessa diferença, notadamente em períodos de tantas crises sociais, políticas, econômicas, cidadãs e midiáticas, é a maneira como os grupos sociais se organizam e vencem coletivamente esses desafios. Esses pontos são dados principalmente pelo ativismo midiático, e um dos grandes contrapontos do ativismo contemporâneo é o poder das emissoras de rádios comunitárias. Levam-se em conta, e defendem-se, as emissoras comunitárias devido ao seu poder, ao menos em termos gerais, de estar mais próximas, agir em maior conformidade e ser feitas por membros de suas próprias comunidades.

Poucos meios de comunicação no Brasil são tão presentes nas regiões mais pobres e alijadas de atenção estatal. São as rádios comunitárias que falam dos pequenos problemas, que trazem a cultura local, que dão espaço para questões religiosas, sociais, familiares, políticas, cidadãs e que quase sempre estão distantes dos meios de comu-

nicação de massa em um agendamento comunicacional edificador.

Neste artigo trazemos o caso das rádios comunitárias do Sertão do Piauí, uma das unidades federativas mais necessitadas de atenção estatal e social, levando-se em conta como o ativismo midiático e suas vozes ecoam via rádios comunitárias frente a evolução e conquistas do desenvolvimento sustentável. Acredita-se, milita-se e vive-se, social e academicamente, na crença de que os meios de comunicação contemporâneos podem, sim, atuar em uma pauta maior para as questões do desenvolvimento sustentável e assim retroalimentar uma sociedade mais plural e justa. São tidos como objeto de estudo as rádios comunitárias do Sertão do Piauí e seus papéis de ativismo midiático nas vivências, nos debates e polemizações nas questões do desenvolvimento sustentável. Parte-se da problemática de como se dá, ocorre e quais são as consequências desse fenômeno?

Objetiva-se: mostrar, refletir e dialogar sobre os casos encontrados acerca do objeto da pesquisa, trazendo consequências desse papel para o ativismo midiático contemporâneo.

Metodologicamente, é feito um estudo de casos múltiplos, balizando-se notadamente nos ensinamentos de Robert Yin (2005) sobre as questões dos casos

múltiplos, sua importância, socializações e elucidações. Tiveram-se como fases do trabalho, primeiro, realizar uma pesquisa bibliográfica e documental para chegar-se às construções de uma base teórica e de identificação do objeto; depois, partiu-se para a vivência dos casos múltiplos, balizada no próprio conhecimento do objeto, levando-se em conta suas faces e interfaces durante quase uma década e meia. A fase seguinte foi da análise, ponto máximo para a socialização e reflexão do material.

Teoricamente, baliza-se em estudos a partir dos conceitos e reflexões sobre Comunicação Comunitária, rádio comunitária, desenvolvimento sustentável, ativismo midiático, cidadania e participação.

Para fins pedagógicos e para facilitação da leitura do material, convencionou-se socializá-lo em quatro partes. A primeira parte, denominada “Sertão, exclusão e grandes desafios para o desenvolvimento sustentável”, é de caráter de identificação do objeto geográfico, trabalhando perspectivas de caracterização da região sertaneja brasileira e seus desafios acerca das questões contemporâneas do desenvolvimento sustentável. Na segunda parte, denominada “Rádios comunitárias e seus desafios no ativismo midiático por um desenvolvimento sustentável”, são feitas reflexões da caracterização teórica e social do que são as rádios comunitárias, primeiro em um contexto estatal, depois em um contexto social, empírico e comunicacional, mostrando a interface teórico-comunicacional do material. A terceira parte, nomeada “Rádios comunitárias do Sertão do Piauí e seu papel contemporâneo no ativismo midiático pela construção de uma sociedade melhor”, trata do início da análise do material do artigo

e envereda sobre questões direcionadas ao papel das rádios comunitárias e suas influências desafiadoras para o ativismo midiático. A quarta e última parte, denominada “Ativismos midiáticos comunicacionais comunitários radiofônicos no Sertão: é possível, sim, avançar rumo ao desenvolvimento sustentável”, fala das consequências do estudo de casos múltiplos do material estudado, balizadas no acompanhamento sistematizado de quase uma década e meia das rádios comunitárias do Sertão do Piauí, mostrando as análises, possibilidades, críticas e vivências dessas emissoras de rádio comunitária com as questões da resolução da problemática do material.

O artigo instiga leituras, debates e, principalmente, críticas, todas bem-vindas, tanto da Academia quanto da sociedade e seus milhões de grupos e comunidades. Afinal acredita-se que a socialização de materiais científicos é vivenciada e evoluída mediante o debate e a ação. Vivenciam-se as questões de uma comunicação dialógica, muito bem refletida por Ilana Polistchuck e Aluizio Trinta (2003), ao destacarem um dos desafios comunicacionais do século XXI, buscando-se uma vivência maior nas questões do diálogo e do debate pleno.

### **Sertão, exclusão e grandes desafios para o desenvolvimento sustentável**

Em termos teóricos, caracterizar o Sertão brasileiro ainda gera dicotomias e polêmicas, a começar pela nomenclatura dada a essa região do país. Geralmente falar de Sertão (ou semiárido) é tratar de uma das áreas mais pobres e carentes do território nacional. Há correntes de estudo que a nomeiam de região “sertaneja” (originada de

Sertão) e outras de região semiárida (originada de semiárido). A escolha pela terminologia Sertão é puramente pedagógica, já que a retratação regional se destaca no mesmo lugar e, principalmente, não é ponto de discussão deste material a entrada ou saída de polêmicas sobre nomenclaturas. Mais que isso, são ponto de debate o que ocorre socialmente, os desafios para o desenvolvimento sustentável do Sertão e suas interfaces contemporâneas, via emissoras de rádio comunitária, com as questões e desafios do desenvolvimento sustentável.

O então Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2019) do Brasil, atualmente Secretaria Especial do Desenvolvimento Social, classifica como Sertão a região que congrega áreas do país com pequeno número de precipitações pluviométricas (chuvas) de médias anuais inferiores a 800 milímetros, com índice de aridez (*secura do solo*) extrema e risco anual de estiagem (*seca*) maior que 60%. O Sertão brasileiro, segundo a Sudene – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (2020), ocupa uma área de 969.584,4 quilômetros quadrados, compreendendo 1.262 municípios, com população de quase 25.000.000 habitantes, com mais de 40% desse contingente vivendo em zonas rurais. É uma parte do país, tanto em questões populacionais quanto geográficas, que chama atenção e merece maior visão e ações estatais, sociais e acadêmicas.

O Sertão do Brasil, segundo o IBGE (2019), abrange grande parte dos estados nordestinos: Alagoas, Ceará, Bahia, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe, além de uma porção norte (conhecida por Vale do Jequitinhonha) do estado de Minas Gerais (que fica no Sudeste).

É uma região de sertões dentro do Sertão, de cidadãos com necessidades, premências, e, principalmente, vivências comunicacionais e desafios gigantescos, inclusive sobre o desenvolvimento sustentável, um dos pontos de discussão e ação deste século XXI.

Parte-se da premissa, destacada por Lester Brown (1981), de que uma sociedade sustentável é aquela que satisfaz suas necessidades sem comprometer as chances de sobrevivência das gerações posteriores. A ideia de desenvolvimento sustentável, refletida por Gisele Silva Barbosa (2008), traz três ações básicas: desenvolvimento econômico, proteção ambiental e equidade social.

O século XXI é marcado mundialmente, entre tantos problemas, avanços e virtudes, como o período em que os seres humanos precisam, através de suas tecnologias e ações, debater mais as consequências coletivas. Para isso foram criados os objetivos do desenvolvimento sustentável, apelidados de ODS, muito prementes para a região sertaneja brasileira e sua evolução qualitativa, respeitando os sertões do Sertão.

Segundo o Programa das Nações Unidas pelo Desenvolvimento (PNUD, 2019) os objetivos do desenvolvimento sustentável são 17, apresentados a seguir: 1 – erradicação da pobreza; 2 – fome zero e agricultura sustentável; 3 – bem-estar e saúde; 4 – educação de qualidade; 5 – igualdade de gênero; 6 – água potável e saneamento; 7 – energia limpa e acessível; 8 – trabalho decente e crescimento econômico; 9 – indústria, inovação e infraestrutura; 10 – redução das desigualdades; 11 – cidades e comunidades sustentáveis; 12 – consumo e produção responsáveis; 13 – ação contra a mudança do clima; 14 – vida na água; 15 – vida terrestre; 16 – paz, justiça e institui-

ções eficazes; e 17 – parcerias e meios de implementação.

Por mais que alguns deles ainda estejam longe de serem alcançados, são desafiadores, principalmente em termos de conquistas coletivas. A coletivização e vivência, também no campo comunicacional, podem ser reflexo e evolução da ação de grupos organizados que pensam coletivamente e muito disso é refletido pelos processos comunicacionais das rádios comunitárias, como veremos a seguir.

### **Rádios comunitárias e seus desafios no ativismo midiático por um desenvolvimento sustentável**

A audição é, sem dúvida, um dos sentidos do corpo humano mais evidentes, reverberantes e importantes para a Comunicação Social.

A cultura comunicacional do escutar faz parte da nossa ancestralidade, até sua massificação movimentada a partir do século XX com a popularização do rádio. Praticamente cem anos depois da presença fixa e atuante no Brasil, e bem exacerbada como meio de comunicação, o rádio continua tendo seu papel na contemporaneidade, mesmo não sendo mais hegemônico como no segundo e terceiro quartis do século XX. O rádio cresce porque multimidiaticamente o sentido sonoro chama atenção, haja vista a profusão dos *podcasts* em termos de socialização informacional e dos áudios nos aplicativos de compartilhamento de mensagens.

Entre os diversos tipos de rádio, há as rádios comunitárias. Elas, em conceito apresentado por Orlando Berti (2014; 2017), são emissoras nas, das e para as comunidades, com reverberação no território

ou via redes sociotécnicas. Elas têm papel crucial nas questões atuais sobre ativismo midiático e do desenvolvimento sustentável.

Oficialmente, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações destaca que uma rádio comunitária é o tipo de emissora regida pela Lei 9.612/98, conhecida por Lei das Rádios Comunitárias, que frisa que uma emissora do tipo como um:

[...] serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada (FM), operado em baixa potência (25 watts ERP) e que tem por finalidade atender uma comunidade, a exemplo de uma vila, um bairro ou mesmo uma municipalidade de pequeno porte. A Radiodifusão Comunitária, por ser um serviço público, necessita de autorização do Poder Público, obtida ao final de um processo administrativo em que serão verificados os cumprimentos de todos os requisitos legais. (BRASIL, [2020?]).

Essa lei trouxe no final do século XX uma série de polêmicas, principalmente pelas restrições que proporcionou ao próprio movimento de rádios comunitárias. Mas terminou sendo aceita porque entre a ausência de um dispositivo legal e a existência de um que pudesse ser melhorado, a segunda opção foi a mais plausível. Passadas mais de duas décadas, a lei pouco foi melhorada, colocando o fazer rádio comunitária como uma das atividades comunicacionais brasileiras mais perseguidas, inclusive com milhares de membros de emissoras radiofônicas comunitárias presos e processados simplesmente por tentarem fazer uma comunicação diferencial.

Até o início da terceira década do século XXI há uma forte perseguição a quem quer fazer comunicação comunitária radiofônica no Brasil. Em termos de emudecimento comunicacional, essa foi uma das áreas comunicacionais sociais mais caladas. Esse silenciamento vem desde o período da ditadura civil-militar (1964-1985), passando pelos governos ditos democráticos. Esses fatos, dentre outros, ajudaram nas mobilizações e nos ativismos midiáticos das rádios comunitárias do país. E no Sertão, área historicamente alijada de atenção estatal, mas que tem um povo forte e lutador, ganharam força e reverberaram, inclusive por serem os únicos meios de comunicação locais.

Em termos de ativismo midiático, as rádios comunitárias brasileiras têm como principal desafio ecoar vozes silenciadas em regiões e comunidades do país que não tinham oportunidade de ser ouvidas ou dar novas versões sobre acontecimentos e fatos das comunidades, para as comunidades e nas comunidades, bem como reverberar essas questões para fora das mesmas, como elementos identitários, de resistência, bem como de novas possibilidades e visões de um mundo antes comunicacionalmente hegemônico e centrista.

Um dos pontos que a maioria das rádios comunitárias saem à frente das emissoras comerciais é por estarem em nichos geográficos menores, têm mais reverberação por meio das redes sociais virtuais. Conseguem falar mais próximo, entendem mais as microlinguagens, as vivenciam com propriedade e identidade. E as questões identitárias podem ser mais outras respostas inovadoras para a garantia

do futuro das rádios comunitárias em nosso País. A identidade leva ao local, que é inspirado no global e que prova a força retroalimentadora do glocal. As rádios comunitárias estão mais próximas dessa fragmentação por estarem naturalmente fragmentadas nas redes. Por isso os próprios processos comunicacionais das rádios comunitárias são fortalecidos pela inovação. Vão na contramão, em sua maioria, por não terem recursos, mas, novamente, têm o humano, que é o essencial. (BERTI, 2019, p. 13-14).

As rádios comunitárias são exemplos de ativismo midiático justamente porque têm o poder, como destaca Henrique Moreira Mazetti (2007), sobre potencialidades abertas pelo deslocamento da política para o cotidiano e para a mídia, da mesma forma que se fazem valer do avanço nas tecnologias de comunicação e informação.

O próprio ativismo midiático casa com as ideias de um processo comunicacional mais plural, como trazido por Cicilia Peruzzo (2018), em que ainda existe uma série de maneiras de resistência aos mecanismos opressores e manipulatórios sociais colocados principalmente nas próprias tecnologias contemporâneas e redes sociotécnicas, formando comunidades, redes presenciais e sociotécnicas, “blogueando, postando fotos, *podcasts*, vídeos com informação alternativa – outra visão de sociedade – no mundo todo)” (PERUZZO, 2018, p. 99).

Até o final de 2019 estavam autorizadas a funcionar no Brasil, segundo o MCTI (2019), 4.606 rádios comunitárias, sendo que 430 (ou 9,34 % do total) estavam no Centro-Oeste, 1.430 (ou 31,05 % do total)

estavam no Nordeste, 336 (ou 7,29 % do total) estavam no Norte, 1.477 (ou 32,06 % do total) estavam no Sudeste e 933 (ou 20,26 % do total) estavam no Sul.

É fato que esses números mudam mensalmente, já que os processos de autorização de novos canais e até cancelamento e fechamento de outros são constantes e dinâmicos. Mas, desse total de emissoras de rádio comunitária autorizadas a funcionar, é concordância, tanto em ambientes sociais quanto acadêmicos, que há um número ao menos três vezes maior de emissoras de rádio comunitária não legalizadas, esperando legalização ou que se nomeiam livres e não pleiteiam o reconhecimento estatal, funcionando no país. Nenhum outro meio de comunicação tem tanta capilaridade no Brasil, notadamente nas regiões mais socialmente vulneráveis, sendo uma delas o Sertão Nordestino, em especial a região sertaneja piauiense.

### **Rádios comunitárias do Sertão do Piauí e seu papel contemporâneo no ativismo midiático pela construção de uma sociedade melhor**

As rádios comunitárias do Piauí começam o ano de 2020 com uma série de desafios. Parece até clichê falar nas questões desafiadoras de emissoras que raramente têm sua vida e atividades fáceis. Mas as situações de dicotomias, das questões das regionalidades, das identidades, das vivências e das próprias construções cidadãs desde início de terceira década do século XXI colocam elementos a mais nos processos comunicacionais dessas emissoras.

Em um ano eleitoral municipal, como ocorre nos quadriênios múltiplos de quatro e bissexto, quase todos os rincões do país

são tomados por paixão e modelos arcaicos da profusão de informações daqueles e daquelas que buscam as eleições a qualquer custo, seja para o Executivo ou para o Legislativo.

Cabe aos meios de Comunicação Social sérios combater e esclarecer sobre essas situações, bem como formar e informar? Em um Brasil de 5.570 municípios, segundo o IBGE CIDADES (2020), sendo quase 22% no Sertão brasileiro e quase 2,8% na região sertaneja piauiense, quem forma, quem informa, quem age, quem atua como verdadeiro meio de Comunicação Social? Isso é realmente feito ou, ao menos, pensado?

As rádios comunitárias, por suas regionalidades, importância e vivências nas proximidades das localidades, têm um papel crucial na profusão negativa ou positiva dos processos comunicacionais relatados. Apregoa-se, acredita-se e vive-se pelo lado positivo de ação das emissoras comunitárias e é delas que tratamos neste trabalho.

O Piauí é a décima primeira maior unidade federativa em termos de extensão territorial do país. Segundo o IBGE ESTADOS (2020), o território piauiense tem 251.616,8 quilômetros quadrados e iniciou a segunda década do século XXI com população estimada em 3.273.227 habitantes, sendo a 18ª mais populosa unidade federativa brasileira. Ainda segundo o IBGE ESTADOS (2020), o Piauí ocupa a 24ª posição nacional em Índice de Desenvolvimento Humano, com classificação total de 0,646 (sendo o máximo 1) e a 18ª posição nacional em termos de acesso à educação.

Esses dados trazem a dimensão territorial piauiense que, se fosse um país, seria o 77º maior do mundo, com extensão maior

do que a 60% dos países do planeta. E isso mostra o quanto de desenvolvimento sustentável é necessário para uma evolução coletiva do estado.

Em termos de rádios comunitárias, o Piauí tem, em média, entre 95 e 100 emissoras radiofônicas dessa natureza autorizadas a funcionar e o triplo de emissoras não autorizadas. Dentre os 151 municípios localizados no Sertão do Piauí, do total de 224 do estado, em dois terços há presença de rádios comunitárias, alguns (notadamente os maiores) com até quatro emissoras. Já em um terço não há nenhuma emissora comunitária (legalizada ou não), mas quase a totalidade é coberta, notadamente em regiões urbanas, por alguma emissora que se considera ou é verdadeiramente comunitária no Piauí.

Elucidando-se a metodologia deste artigo, destaca-se que no estudo de casos múltiplos, ou seja, das rádios comunitárias do Sertão do Piauí e seus ecos do ativismo midiático sobre os objetivos do desenvolvimento sustentável, nota-se que o movimento de emissoras, composto por comunicadores e a população sertaneja piauiense, tem como ponto principal, e básico, possuir um meio de comunicação próprio que fale nas, das e para as próprias comunidades. No caso das emissoras em questão, que retratem as realidades locais, não só dos ambientes comunitários, mas também das cidades como um todo, visto que, na maioria dos casos, são os únicos meios de comunicação, às vezes em raios de dezenas de quilômetros, de divulgação, de debate de questões culturais e identitárias e de promoção da própria sobrevivência sertaneja.

Nota-se a responsabilidade desses meios comunicacionais do Piauí no sentido de interligarem as zonas urbana e rural, vis-

to que boa parte desses municípios são ainda eminentemente rurais e muitas comunidades distam dezenas de quilômetros não só entre si, mas também da própria atenção oferecida pelas regiões com maior presença dos poderes públicos.

Todas essas atitudes são claros exemplos das vivências e promoções do desenvolvimento sustentável, mesmo que de maneira indireta e nem tanto de forma igualitária. A partir do momento em que o comunitarismo é exacerbado, as próprias questões do desenvolvimento sustentável são levadas aos grupos mais humildes e necessitados de atenção.

Em termos gerais optou-se por não haver uma fala individual dos atores envolvidos nos processos comunicacionais das rádios comunitárias do Sertão do Piauí, mas trazer reflexões desse acompanhamento.

No estudo de casos múltiplos, que dura sistematicamente mais de 13 anos (iniciado em dezembro de 2006 e em percurso até o final do marco temporal deste artigo – janeiro de 2020, fechado por questões de finalização deste material), nota-se, em linhas gerais que o movimento cresceu, tem se expandido e acompanhado os avanços sociais contemporâneos, em qualidades e defeitos.

Em termos de Sertão do Piauí, todas as novidades, sejam elas sociais, políticas, identitárias, tecnológicas ou econômicas, causam impactos fortes, visto que é um lugar historicamente alijado de fortes novidades ou que, como destacava Anthony Giddens (2002), faz parte de uma modernidade tardia. Tardia, levando-se em conta esses conceitos, mas de forma necessária e interessante, principalmente se forem levados em conta os aspectos positivos desses

processos. No momento a seguir, apresentaremos os pontos e avanços dessas emissoras rumo ao desenvolvimento sustentável.

### **Ativismos midiáticos comunicacionais comunitários radiofônicos no Sertão: é possível, sim, avançar rumo ao desenvolvimento sustentável**

Os activismos midiáticos comunicacionais comunitários radiofônicos no Sertão piauiense podem ser refletidos em dois pontos-base. O primeiro, de caráter empírico, ou seja, prático, denotado no fazer dia a dia esse tipo de comunicação. O segundo, de caráter acadêmico e estatal, que poderia também ser chamado de caráter formativo, envolvendo mais quem está interessado em ajudar, ou deveria, os movimentos de emissoras radiofônicas comunitárias e seus agentes.

Leva-se em conta, principalmente, o poder de mobilização e ação. Esse poderio, muitas vezes, está atomizado e precisa ser incentivado e unificado. A atomização é dada principalmente pelo próprio isolamento geográfico de algumas comunidades e até cidades sertanejas piauienses, algumas delas distantes umas das outras em mais de uma centena de quilômetros. Fato que na segunda década do século XXI houve uma forte interligação com a chegada e até a dita popularização das redes sociais virtuais promovidas pela internet, mas, muitas vezes, temos notado que essa popularização se dá muito mais no conhecer o que é exógeno aos fatos endógenos propriamente ditos. Por isso a necessidade de um rompimento de muros no paradoxo das possibilidades de conexões contemporâneas, vivencian-

do-se o para dentro e o para fora em termos de comunicação comunitária.

Em tempos da *Sociedade do Eu*, tentar vivenciar o *Nós*, como uma metáfora à coletividade e aos próprios conceitos de Comunicação Comunitária, pode ser uma das primeiras respostas ao afloramento dos activismos midiáticos contemporâneos, já que os conceitos comunicacionais comunitários, como apontam Círcia Peruzzo (1998; 2005; 2006; 2007), Denise Cogo (1998) e Raquel Paiva (2003; 2007), denotam questões e vivências do compartilhamento, do conagraçamento, sendo uma das perspectivas comunicacionais mais solidárias.

Em termos de questões práticas, vemos também que a atomização não deixa de ser totalmente negativa, já que se a rádio comunitária é para a, existe na e é feita pela comunidade, esses fatos, por si só, já garantem que a comunidade está sendo beneficiada. Mas, ao mesmo tempo, surgem um paradoxo e um paradigma sobre as próprias ações midiáticas ativísticas, já que a união faz a força.

Nota-se que o movimento de rádios comunitárias no Sertão do Piauí, e no estado como um todo, mesmo nunca tendo sido uníssono (sempre foi representado por mais de uma entidade, às vezes até por três, isso quando havia os não representados), está mais solto e sem tanta união. Ao evoluir dos anos no século XXI, o movimento ficou menos unido em termos de uma mesma linguagem política, mas o fazer comunicação comunitária tem sido a pauta principal das movimentações, divididas principalmente entre as que abarcam todas as emissoras que se dizem comunitárias e as que só abarcam as emissoras mais sociais e de maior ligação dos movimentos sociais propriamente ditos.

Mesmo havendo instituições que representam e unem uma parte das emissoras, essas raramente caminham juntas, mesmo tendo pautas e necessidades comuns.

Em termos de questões estatais, vemos um crescente, mas tímido, apoio estatal às rádios comunitárias sertanejas piauienses. Algumas, notadamente as legalizadas, recebem subvenções do Governo do Estado do Piauí e algumas outras, geralmente em menor número, recebem subvenções das prefeituras e câmaras municipais. Esse ponto do apoio estatal gera controvérsias entre os próprios conceitos do que sejam as rádios comunitárias em sua essência, mas são importantes, porque sem verbas, das comunidades ou dos poderes públicos constituídos, muito do importantíssimo trabalho dessas emissoras pode ser diminuído e até acabado – fato provado no próprio acompanhamento sistematizado dessas emissoras.

Ao menos metade dos fechamentos das rádios comunitárias do Sertão do Piauí é dado por questões financeiras. Essas questões vão de encontro com o próprio desafio do ativismo midiático. Sem ativismo, as emissoras ficam cada vez mais dependentes dos poderes públicos, e o reconhecimento social geral e das localidades em que estão inseridas termina suplantado. Manter uma emissora não é barato, visto que, tirando-se a contribuição humana, que se presume nas rádios comunitárias não remunerada, mas sim voluntária, há gastos gigantescos com compra e manutenção dos equipamentos das emissoras e, principalmente, de energia elétrica. Este último insumo é o maior, visto que em um Sertão de temperaturas anuais altíssimas, existe a premência de um ou mais apare-

lhos de ar-condicionado ligados para a garantia da vida útil dos equipamentos, além de oferecer um conforto mínimo aos que contribuem com as emissoras.

Nota-se que, na maioria dos casos, o ativismo é feito com a contribuição de ao menos um grupo que se identifica com a emissora, geralmente advindo de movimentos sociais e comunitários dos próprios lugares do Sertão piauiense.

A Academia, incluindo não só as universidades (públicas e privadas), mas também as instituições de pesquisa do estado, é responsável por oferecer reflexões sobre as emissoras comunitárias e o ativismo midiático. Em 2009, o Piauí, em um esforço pioneiro nacional, foi exemplo de união entre a Academia, sociedade civil, movimentos sociais e movimento empresarial, para dar o pontapé da Conferência Nacional de Comunicação – Confecom. As estratégias e vivências dos debates regionais da Confecom Piauí foram balizadoras das questões nacionais. Foi formado um grupo uníssono e bem representativo entre os segmentos, o que gerou políticas públicas, algumas implementadas meses depois da formação do grupo.

Passados mais de dez anos da Confecom Nacional, ocorrida em dezembro de 2009 no Distrito Federal, e até então única conferência do tipo na história do país, houve poucos avanços e tenta-se, através de ação por parte do Governo do Piauí, reformar o grupo e tornar esse debate mais premente e atuante. Esse é um dos pontos de resposta sobre o segmento acadêmico e estatal.

Nota-se nas questões observadas e vivências no acompanhamento das emissoras de rádio comunitária do Sertão do Piauí que os 17 ODS trazidos pelo PNUD

(2019) são raramente debatidos e suas discussões ocorrem mais por provocações nos agendamentos estatais e das próprias pessoas que participam das questões sociais dos ODS do que propriamente por uma política própria de vivência desses objetivos. Isso é dado porque ainda há uma carência de uma movimentação maior entre os atores sociais, sendo um dos pontos a serem levados em conta para uma ampliação de ecos entre o ativismo midiático e o desenvolvimento sustentável na região sertaneja piauiense.

Concomitantemente, as quatro universidades do Piauí que formam comunicadores de nível superior no estado (Centro de Ensino Unificado de Teresina – Estácio/CEUT, na capital; Faculdade Raimundo Sá – URSA, na cidade de Picos – a 307 quilômetros ao Sul de Teresina; Universidade Estadual do Piauí – UESPI, na capital e na cidade de Picos, e Universidade Federal do Piauí – UFPI, na capital) fazem pesquisas, algumas pontuais, em torno das questões das rádios comunitárias. Um desafio seria que essas pontualidades fossem transformadas em um agendamento constante e agregador, inclusive para que vivências e ações de ativismo midiático mais efetivas possam ser feitas também no segmento universitário de pesquisa e extensão, já que há uma atuação menos tímida, em termos de ativismo midiático político por parte dos centros e diretórios acadêmicos que representam os discentes desses cursos. Um ponto a ser levado em conta e que pode ser inspirador é que esse segmento de estudantes possa ser ampliado para além do período de graduação universitária.

No final de 2019, órgãos do setor público, instituições de ensino superior e pesquisa, sindicatos, órgãos representativos e instituições privadas, não havendo oficialmente nenhuma representação do setor de rádios comunitárias, mas muitos representantes de entidades com ações no Sertão piauiense, se reuniram para dar os primeiros passos para a formação de uma comissão para atuar mais especificamente acerca dos ODS no Piauí. Essa comissão foi instigada pela Secretaria Estadual de Planejamento e tende a ficar com 18 a 20 representantes, sendo três do setor privado, três dos órgãos da Academia e de pesquisa, três dos setores sociais e o restante do poder público estadual. O que será da implementação dessa comissão, dos debates sobre desenvolvimento sustentável, de suas vivências e evoluções comunitárias, são pontos de um futuro que, esperamos, não seja tão distante, e que tamanhos debates e ações não fiquem só no papel, mas na vivência, que já é feita, dia a dia, na região sertaneja piauiense.

## Considerações finais

Ativismo, como bem vimos anteriormente, significa ação, envolvimento, coletividade, engajamento, cidadania e respeito. E, ao menos em termos de intenções, foi o visto em parte das rádios comunitárias do Sertão do Piauí em pesquisas de campo e vivência do estudo de casos múltiplos de 13 anos estudando essas emissoras.

Destaca-se notadamente nas questões de desenvolvimento sustentável, entre seus silêncios e possibilidades de eco, sendo o eco o mais desafiador e necessário, inclusive com uma quase obrigação dos órgãos

públicos estarem antenados nas ações por essas questões.

Nota-se que esse ativismo não é uniforme, unísono e muito menos homogêneo, mas em suas disparidades, dicotomias e desafios, tenta cumprir o papel contemporâneo de “fazer acontecer” e da ação do que é uma verdadeira rádio comunitária, sendo uma emissora da, na e para as comunidades as quais está representando. Não significando, claro, que a comunidade seja o espaço territorial de outrora, mas o lugar de pertencimento, como destaca Alain Bourdin (2001), em que mesmo quem não esteja fisicamente no território possa ajudar na ação e militância para esse espaço físico.

Contemporaneamente, cabe aos poderes públicos constituídos (prefeituras, governos estaduais, Governo Federal, câmaras de vereadores, assembleias legislativas,

Câmara Federal, Senado Federal e conselhos de classe), às próprias comunidades, associações, fundações, igrejas e movimentos religiosos, entidades de classe e segmentos minorizados em geral e também à Academia estarem juntos e atuantes nessa militância, para assim termos um desenvolvimento mais sustentável, unido e evolutivo, pois coletivamente é que se constrói um mundo mais justo e irmanado.

Fazer acontecer é essencial. Quando falamos em ativismo midiático precisamos agir. E, como costumamos ouvir no Sertão do Piauí, agir para já! Então fica o desafio, não só para quem leu, mas para quem está preocupada ou preocupado com uma comunicação diferencial, dialógica e ativista: precisamos mais e mais, mesmo com tantas dificuldades e obstáculos, agir, fazer acontecer e construir, só assim poderemos ter a certeza e dizer que realmente tentamos.

## Referências bibliográficas

BARBOSA, Gisele Silva. O desafio do desenvolvimento sustentável. *Revista Visões*, Macaé, v. 1, 4. ed, n. 4, 2008.

BERTI, Orlando Maurício de Carvalho. **Processos comunicacionais nas rádios comunitárias do Sertão do Nordeste brasileiro na internet.** (Tese) – Doutorado. Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2014.

BERTI, Orlando Maurício de Carvalho. **Teorias da Comunicação Comunitária – faces e interfaces nas comunidades contemporâneas.** (Pós-Doutorado) – Trabalho final. Universidade Metodista de São Paulo, São Paulo, 2017.

BERTI, Orlando Maurício de Carvalho. Rádio e inovação: o fortalecimento das emissoras de rádio comunitária e suas novas possibilidades com as redes sociotécnicas. *In: 42º CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO. Anais [...]*. Belém, 2019. Disponível em: <http://portalintercom.org.br/anais/nacional2019/resumos/R14-0690-1.pdf>. Acesso em: 24 dez. 2019.

BOURDIN, Alain. **A questão local.** Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. **Rádiodifusão comunitária**. Brasília, [2020]. Disponível em: <[http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/SERAD/radiofusao/detalhe\\_tema/radiodifusao\\_comunitaria.html](http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/SERAD/radiofusao/detalhe_tema/radiodifusao_comunitaria.html)>. Acesso em: 2 jan. 2020.

BRASIL. Ministério Da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. **Espaço do rádio-difusor**. Rádiodifusão comunitária: o que é?. Brasília, [20--]. Disponível em: <[http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/SERAD/radiofusao/detalhe\\_tema/radiodifusao\\_comunitaria.html](http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/SERAD/radiofusao/detalhe_tema/radiodifusao_comunitaria.html)>. Acesso em: 28 dez. 2019.

BRASIL. Secretaria Especial do Desenvolvimento Social. **O Semi-Árido**. Brasília, [20--]. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/programas/seguranca-alimentar-e-nutricional-san/cisternas/cisternas-1/programas/seguranca-alimentar-e-nutricional-san/cisternas/cisternas-2/o-semi-arido>. Acesso em: 24 dez. 2019.

BROWN, Lester. **Building a Sustainable Society**. Washington, DC: World Watch Institute, 1981.

COGO, Denise Maria. **No Ar...** Uma Rádio Comunitária. São Paulo: Paulinas, 1998.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Edunesp, 2002.

IBGE CIDADES. **Lista dos municípios do Brasil**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/panorama>>. Acesso em: 06 jan. 2020.

IBGE ESTADOS. **Dados sobre o estado do Piauí**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/panorama>>. Acesso em: 03 jan. 2020.

MAZETTI, Henrique Moreira. Ativismo midiático, redes sociais e novas tecnologias de informação e comunicação. In: XII CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO DA REGIÃO SUDESTE. **Anais [...]**. Juiz de Fora, 2007.

PAIVA, Raquel. **O Espírito Comum** – Comunidade, Mídia e Globalismo. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

PAIVA, Raquel. **O retorno da comunidade** – os novos caminhos do social. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

PERUZZO, Cíclia Maria Krohling. **Comunicação nos Movimentos Populares** – a participação na construção da cidadania. Petrópolis: Vozes, 1998.

PERUZZO, Cíclia Maria Krohling. **Rádio Comunitária na Internet**: apoderamento social das tecnologias. In: XXVIII CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO. Núcleo de Mídia Sonora, Intercom. **Anais [...]**. Rio de Janeiro, 2005.

PERUZZO, Cíclia Maria Krohling. Mídia local e suas interfaces com a mídia comunitária no Brasil. **Anuário Internacional de Comunicação Lusófona**, São Paulo, Lisboa, v. 4, n. 1, p-141-169, 2006.

PERUZZO, Cíclia Maria Krohling. Rádio comunitária, educomunicação e desenvolvimento. In: PAIVA, Raquel. **O Retorno da Comunidade** – os novos caminhos do social. Rio de Janeiro: Maud X, 2007.

PERUZZO, Cíclia Maria Krohling. Possibilidades, realidade e desafios da comunicação cidadã na web. **Revista Matrizes**, São Paulo, v. 12, n. 3, p.77-100, 2018.

PNUD – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **As perguntas mais frequentes sobre os objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)**. Brasília: PNUD, 2019.

POLISTCHUCK, Ilana; TRINTA, Aluizio Ramos. **Teorias da comunicação**: o pensamento e a prática da Comunicação Social. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

SUDENE – SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE. **Delimitação do Semiárido**. Disponível em: < <http://www.sudene.gov.br/delimitacao-do-semiarido>>. Acesso em: 26.mai.2020.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2005.



Data do recebimento: 25/01/2020

Data do aceite: 29/03/2020

Dados do autor:

**Orlando Maurício de Carvalho Berti**

<http://lattes.cnpq.br/0970839060355535>

Professor efetivo (Adjunto I – DE), diretor de Relações Internacionais, coordenador e executor de projetos de pesquisa e extensão, membro do Colegiado e ex-coordenador dos cursos de Comunicação Social (habilitação em Jornalismo e Relações Públicas) e Jornalismo da UESPI – Universidade Estadual do Piauí (câmpus de Teresina-PI) e colaborador do câmpus de Picos, PI. É líder do Grupo de Pesquisa em Comunicação Alternativa, Comunitária, Popular e Tecnologias Sociais da UESPI. É vice-líder do GIPERTS – Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Energias Renováveis e Tecnologias Sociais. É Pós-Doutor em Comunicação, Cidadania e Região pela UESP – Universidade Metodista de São Paulo (2017), estudando a Teoria da Comunicação Comunitária. É Doutor em Comunicação Social pela UESP (2014), estudando Comunicação Comunitária e Tecnologias Atuais. Fez doutorado-sanduíche (estágio doutoral, em 2012) na UMA – Universidad de Málaga, em Málaga (Espanha), pesquisando rádio local e rádio comunitária. É Mestre em Comunicação Social pela UESP (2009), pesquisando todas as rádios comunitárias legalizadas do Sertão do Piauí. Especialista em Comunicação Institucional pela UFPI – Universidade Federal do Piauí. Possui graduação em Comunicação Social (habilitação em Jornalismo) pela UFPI (2001), estudando o jornalismo de David Caldas. Tem experiência docente nos cursos de Comunicação Social (Jornalismo, Relações Públicas, Rádio e TV e Publicidade e Propaganda) nas áreas de prática laboratorial em impresso, *online* e rádio, Fotojornalismo, Tecnologias Atuais e Educação, além de pesquisa em Comunicação e Comunicação Comunitária. Tem experiência docente nos cursos de Letras-Ingês, Pedagogia, Biologia e Geografia (áreas de Pesquisa e Metodologia). É docente de Metodologia para a Pesquisa em cursos de pós-graduação *Lato Sensu* (especializações e MBA) nas áreas de Administração, Comunicação, Direito e Fisioterapia.